

Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010*

Marcelo Gomes Ribeiro**

Este trabalho pretende analisar as mudanças na estrutura social e das desigualdades de renda nas principais metrópoles brasileiras em comparação com os espaços não metropolitanos, de modo a refletir sobre a importância das metrópoles no contexto de alterações econômicas e sociais ocorridas na última década. No debate público e acadêmico, porém, o foco da análise tem recaído principalmente na redução das desigualdades de renda a partir da análise de estratos de renda. Nesse sentido, procuramos responder à seguinte questão: se a redução das desigualdades de renda, verificada na análise entre os estratos de renda, também está sendo observada entre os estratos sociais considerados a partir de uma estratificação sócio-ocupacional, como se deu essa relação entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos? Para tanto, foram utilizados dados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010, com o fim de comparar a estrutura de distribuição de renda entre os municípios brasileiros segundo seu porte populacional, considerando aqueles inseridos em espaços metropolitanos e não metropolitanos, e as desigualdades de renda entre os estratos sociais para os diferentes contextos espaciais por meio da razão da média da renda entre esses estratos. Constatou-se que, apesar de as metrópoles brasileiras continuarem mantendo sua centralidade referente à dinâmica do mercado de trabalho, pois apresentam médias de rendimento total de seus residentes e de rendimento do trabalho principal superiores àquelas encontradas para os espaços não metropolitanos, as maiores reduções das desigualdades de renda ocorreram nestes últimos, em especial nos menores municípios segundo seu porte populacional.

Palavras-chave: Desigualdades de renda. Estrutura social. Espaços metropolitanos. Espaços não metropolitanos.

* O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Agradeço também as contribuições dos pareceristas anônimos da Rebec, bem como do seu Comitê Editorial.

** Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (marceloribeiro@ippur.ufrj.br).

Introdução

O Brasil passou por mudanças econômicas e sociais importantes entre 2000 e 2010, com recuperação do crescimento econômico a partir de meados dessa década, sustentado, sobretudo, pelo mercado interno, redução do desemprego e aumento do emprego formal. Ao mesmo tempo, ocorreram redução das desigualdades de renda pessoal, aumento real do salário mínimo, ampliação da política de transferência de renda e elevação do crédito ao consumidor. A redução das desigualdades de renda entre os indivíduos levou à caracterização, para alguns, do surgimento de uma nova classe média – também chamada de classe C (NERI, 2008, 2010); para outros, significou apenas o aumento da classe de trabalhadores na base da pirâmide social (POCHMANN, 2012), também chamados de *batalhadores* (SOUZA, 2010). Esse debate em torno das desigualdades de renda, de modo geral, sugere que houve na última década mobilidade social ascendente, o que tornou menos desiguais as diferenças entre os indivíduos (NERI, 2010; POCHMANN, 2012). Porém, a caracterização da mobilidade social é feita pelo aumento de composição populacional nos estratos intermediários de renda, em detrimento da redução dos estratos mais baixos da estratificação de renda. É a partir daí que se passa, por exemplo, a dizer que houve o surgimento de uma nova classe média ou de ampliação da base da pirâmide social.

Mas para afirmar que houve mobilidade social é necessária a análise da correlação entre duas distribuições de desigualdades, sejam de renda, sejam de outras dimensões sociais, em dois períodos no tempo. Isso pode ser feito em termos tanto de carreira pessoal quanto geracionais. Desse modo, é possível saber se os indivíduos melhoraram suas condições ao longo de sua vida (mobilidade intrageracional), ou se melhoraram suas condições em relação às condições de seus pais (mobilidade intergeracional) (SCALON, 1999; PASTORE; VALLE SILVA, 2000). Tanto num caso como no outro são necessárias informações sobre origem e destino sociais dos indivíduos, observados por suas ocupações. Porém, não há pesquisas longitudinais ou de painel, para a última década no Brasil, que possibilitem tal avaliação. De qualquer modo, mesmo que não seja possível realizar uma análise mais precisa sobre mobilidade social, se ocorreram mudanças nas condições econômicas e sociais do país, é preciso saber se essas mudanças provocaram algum impacto na estrutura social brasileira, quando se analisa essa estrutura social a partir não apenas de uma estratificação de renda – como vários estudos tendem a fazer –, mas também de uma estratificação sócio-ocupacional.

Porém, ao se considerar uma estratificação sócio-ocupacional como *proxy* da estrutura social, é necessário reconhecer a diferença do mercado de trabalho entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos do país. Isso porque os primeiros tendem a concentrar ocupações tipicamente urbanas e, no caso brasileiro, foi onde se concentraram historicamente as atividades industriais. Além das diferenças do mercado de trabalho, a importância de se analisar as metrópoles brasileiras advém do fato de elas se destacarem na contemporaneidade por serem lócus da questão social do país (RIBEIRO, 2010), onde

se encontra parte importante da população e, paradoxalmente, da riqueza produzida, a despeito do debate sobre as mudanças que vêm deslocando a preponderância econômica desses territórios, e que estariam culminando num processo de desconcentração econômica (DINIZ; DINIZ, 2007).

Essas reflexões, em que se contrapõem os espaços metropolitanos e os não metropolitanos na análise da estrutura social, contribuirão para compreender o lugar ocupado pelas metrópoles brasileiras nesse contexto de mudanças econômicas e sociais. Nesse sentido, se a redução das desigualdades de renda, que tem ocorrido na análise feita entre os estratos de renda, está também sendo observada entre os estratos sociais considerados a partir de uma estratificação sócio-ocupacional, como se deu essa relação entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos?

Este trabalho tem, portanto, a pretensão de analisar as mudanças na estrutura social e das desigualdades de renda das principais metrópoles brasileiras em comparação com os espaços não metropolitanos, entre 2000 e 2010, tendo em vista as mudanças econômicas e sociais ocorridas nesta década, de modo a refletir sobre a importância das metrópoles no contexto de mudanças econômicas e sociais verificadas no país. As desigualdades de renda serão analisadas por meio da razão da média de renda entre as categorias que compõem a estrutura social.

A seguir, apresenta-se o esquema de estratificação social utilizado na análise deste trabalho, considerado uma *proxy* da estrutura social. Posteriormente, são analisadas as diferenças da estrutura social entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos do país, de acordo com o porte populacional dos municípios brasileiros. Já a discussão sobre as desigualdades de renda observadas é feita em duas perspectivas: análise das desigualdades entre os municípios brasileiros segundo seu porte populacional; e análise das desigualdades de renda na estrutura social entre os municípios segundo o seu porte populacional. Por fim, são tecidas as considerações finais.

Estrutura social

Considerar um esquema de estratificação sócio-ocupacional uma *proxy* da estrutura social tem, por um lado, o caráter de dar prosseguimento à tradição sociológica nas suas mais diversas abordagens – marxista, weberiana ou funcionalista –, em que sempre se procurou dar centralidade à ocupação (trabalho) como elemento estruturador das relações sociais, apesar de apresentarem interpretações diferentes dessas estruturas e das relações sociais que se constituem em torno delas (STAVENHAGEN, 1977; WEBER, 1977; DAVIS; MOORE, 1977). Por outro lado, a ocupação possibilita informar sobre a posição dos indivíduos na estrutura social e, a partir daí, interpretar seu estilo de vida, preferências, gostos, escolhas e tomadas de posição. Ou seja, a posição social compreendida a partir da ocupação serve como elemento estruturador do *habitus* dos indivíduos, suas disposições incorporadas (BOURDIEU, 2008).

Ao considerar esses pressupostos teóricos supracitados, a estrutura social, no presente trabalho, é compreendida pelo esquema de estratificação sócio-ocupacional elaborado pelo Observatório das Metrópoles,¹ que foi construído com o objetivo de analisar o padrão de organização social das metrópoles brasileiras, as desigualdades de bem-estar urbano, as desigualdades de oportunidades, as formas de sociabilidade, entre outros aspectos que se manifestam territorialmente (RIBEIRO; LAGO, 1994; RIBEIRO; RIBEIRO; 2013a, 2013b). Esse esquema de estratificação, já utilizado em vários estudos a partir de dados dos Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010), possibilita compreender a posição social dos indivíduos de acordo com a posição que eles ocupam na estrutura social.

A estrutura social é considerada a partir do conceito de espaço social de Bourdieu (2008), que pode ser compreendido em três dimensões: volume do capital (capital econômico, capital cultural, capital social, etc.); estrutura do capital (distribuição dos diferentes capitais); e trajetória dos agentes ou grupos sociais. O espaço social é concebido pelas posições antagônicas referentes ao volume do capital, por um lado, e pela estrutura do capital, por outro, analisado de modo dinâmico, quando se considera a dimensão temporal. É em relação ao volume de capital que se identificam as oposições de classe e em relação à estrutura do capital que se verificam as oposições das frações de classe (ou os diversos estratos sociais). Dessas relações antagônicas e, ao mesmo tempo, hierárquicas se constrói um esquema de estratificação social compreendido como *proxy* da estrutura social (BOURDIEU, 2008).

O esquema de estratificação social do Observatório das Metrópoles foi construído por meio da categoria ocupação, respeitando os princípios das oposições capital e trabalho, posição de comando e de subordinação, trabalho não manual e manual, considerando-se trabalhos público e privado os setores de atividade econômica e tendo como filtro para algumas categorias a escolaridade e a renda. Com base nesses princípios, foram agrupadas as ocupações, de forma hierárquica, em 24 categorias sócio-ocupacionais, as quais foram organizadas em oito grandes estratos sociais, que serão os mais utilizados na análise das mudanças da estrutura social. Assim, a estrutura social se apresenta de modo hierárquico: *dirigentes* (grandes empregadores; dirigentes dos setores público e privado); *profissionais de nível superior* (profissionais autônomos; profissionais empregados; profissionais estatutários; professores de nível superior); *pequenos empregadores*; *ocupações médias* (ocupações artísticas e similares; ocupações de escritório; ocupações de supervisão; ocupações técnicas; ocupações médias da saúde e educação; ocupações de segurança pública, justiça e correios); *trabalhadores do terciário especializado* (trabalhadores do comércio; prestadores de serviços especializados); *trabalhadores do secundário* (trabalhadores da indústria moderna; trabalhadores da indústria tradicional; operários dos serviços auxiliares;

¹ O Observatório das Metrópoles é uma rede nacional de pesquisadores vinculados a diversos programas de pós-graduação existentes em todas as macrorregiões do país. Com sede da Coordenação Nacional no Ippur/UFRJ, desenvolve um programa de pesquisa comparativa entre as metrópoles brasileiras, a partir de uma metodologia comum para todos os núcleos que o integram, segundo uma estratificação social considerada *proxy* da estrutura social.

operários da construção civil); *trabalhadores do terciário não especializado* (prestadores de serviços não especializados; trabalhadores domésticos; ambulantes e biscateiros); e *trabalhadores agrícolas*.

Ocorre que a classificação das ocupações já existentes nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 tiveram diferenças importantes, o que implicou a compatibilização das categorias sócio-ocupacionais de 2000 e 2010. Tal procedimento requereu a realização de correspondência entre as ocupações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, uma vez que, no primeiro, foi utilizada a CBO-Domiciliar (Classificação Brasileira de Ocupações adaptada para pesquisadas domiciliares) de 1994 e, no segundo, foi empregada a CBO-Domiciliar de 2002 (RIBEIRO; RIBEIRO, 2015). Isso foi feito, num primeiro momento, a partir dos grupos em que as ocupações estão organizadas em cada um dos Censos.² Num segundo momento, realizou-se a correspondência entre as ocupações pelo critério termo a termo entre os dois Censos. Nem todas as ocupações eram existentes nos dois Censos com a mesma nomenclatura, o que exigiu o trabalho de verificação do conteúdo de cada uma delas a partir do dicionário de ocupações. De todo modo, apesar de haver, tanto em 2000 quanto em 2010, estratificações sociais correspondentes aos critérios e princípios adotados pelo Observatório das Metrôpoles, as categorias sócio-ocupacionais não são completamente comparáveis. Isso significa que não é possível fazer análise de crescimento entre elas, mas, tão somente, análise da distribuição percentual em cada ano, o que possibilita analisar sua estrutura em cada um desses períodos.

Brasil metropolitano e não metropolitano

As primeiras regiões metropolitanas no Brasil foram criadas em 1973, pela Lei Complementar 14, que, por sua vez, obedecia à Constituição de 1967. A partir da Constituição de 1988, a responsabilidade pela criação e organização das regiões metropolitanas foi transferida do governo federal para os estados da federação. Até 31 de julho de 2012, o Brasil contava com 50 regiões metropolitanas (RM), três regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride) e cinco aglomerações urbanas (AU) definidas por lei federal ou estadual. Porém, nem todos os espaços institucionalizados como região metropolitana correspondem de fato à metrópole, no sentido de serem espaços que exercem capacidade de polarização territorial em termos econômico, político, social e populacional na rede urbana em que estão inseridos. Quando o IBGE realiza o Censo Demográfico, a definição de região metropolitana utilizada corresponde aos espaços que foram institucionalizados por meio de lei, conforme designação da Constituição Federal de 1988, o que variará de um Censo para outro, sendo espaços institucionalizados a partir de critérios variados.

² Houve algumas diferenças entre alguns grupos ocupacionais dos dois Censos Demográficos, mas a maior parte deles possuía correspondência.

O Observatório das Metrôpoles realizou um estudo sobre a rede urbana brasileira e identificou 15 aglomerados urbanos do país que apresentavam função metropolitana, tendo em vista sua capacidade de polarização econômica e populacional no território, em termos tanto nacionais quanto regionais (OBSERVATÓRIO, 2005). Também o IBGE (2008) divulgou o estudo denominado *Regic – Região de Influência das Cidades 2007*, em que foram identificados 12 espaços no país considerados metrôpoles: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. Cada um desses espaços foi compreendido a partir das áreas de concentração populacional (ACP), definidas como manchas urbanas de ocupação contínua, tendo em vista o tamanho e a densidade populacional. Por apresentar tal característica, o espaço identificado como metrópole no estudo da Regic não corresponde, necessariamente, à região metropolitana institucional. Por exemplo, o espaço metropolitano de São Paulo, na Regic, não engloba todos os municípios que integram a Região Metropolitana de São Paulo, pois nem todos estão situados na mancha urbana contínua da metrópole paulista.

Apesar de o estudo do Observatório das Metrôpoles apresentar semelhanças com os critérios metodológicos da Regic, alguns espaços considerados metropolitanos pelo primeiro não o foram no estudo Regic devido à forte influência exercida por outros espaços metropolitanos: a influência de São Paulo em relação a Campinas; a influência do Rio de Janeiro em relação à Grande Vitória; a influência de Porto Alegre e Curitiba em relação a Florianópolis. Além disso, a análise dos aglomerados urbanos no estudo do Observatório das Metrôpoles utilizou a definição institucional de região metropolitana para sua caracterização e não a definição de manchas urbanas contínuas, como foram as ACP. Nesse estudo, portanto, além das 12 metrôpoles identificadas pela Regic, foram considerados também outros três espaços que exercem função metropolitana no país: Campinas, Florianópolis e Grande Vitória. Desse modo, a definição do Observatório das Metrôpoles é a que será utilizada neste trabalho.

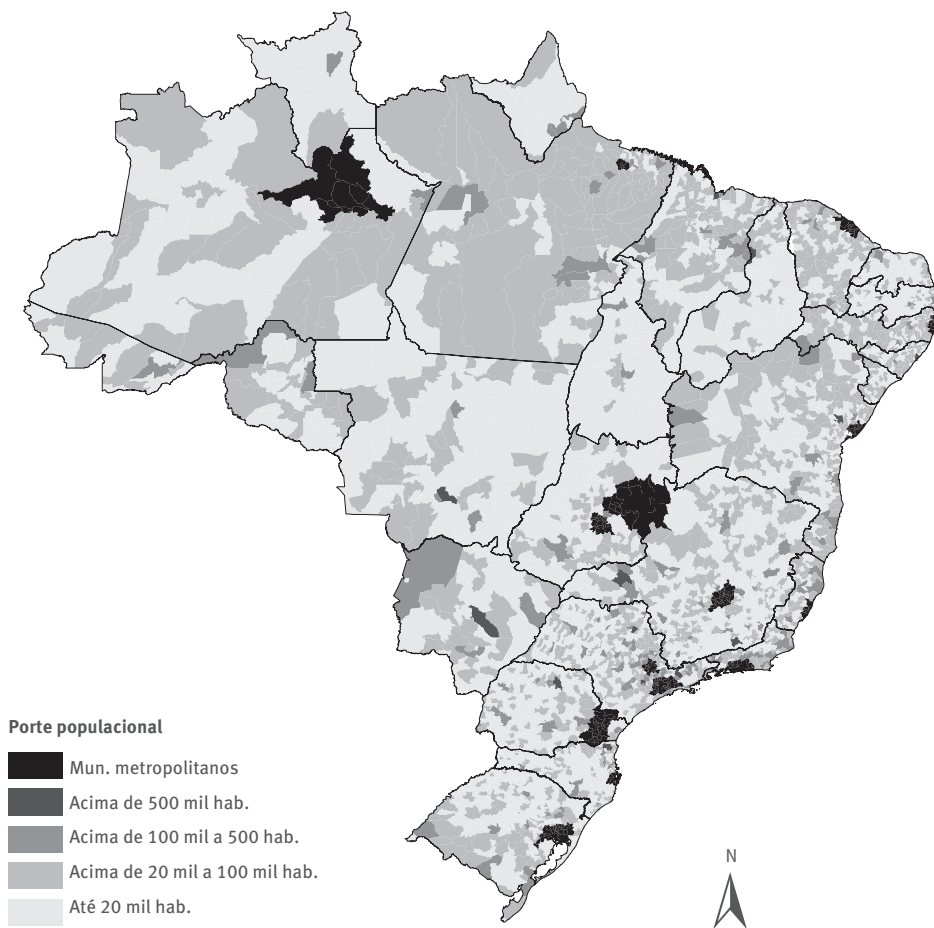
Quanto à localização regional, essas 15 metrôpoles estão assim distribuídas: duas na Região Norte (Manaus e Belém); três no Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador); cinco no Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Grande Vitória e Campinas); três no Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre); e duas no Centro-Oeste (Goiânia e Brasília³). De acordo com o estudo do Observatório das Metrôpoles (2005), São Paulo é uma metrópole global, Rio de Janeiro e Brasília são metrôpoles nacionais, por polarizar econômica, política e culturalmente todo o espaço nacional, e as demais metrôpoles são regionais.

Para realização da análise comparativa entre as metrôpoles brasileiras – espaços metropolitanos e não metropolitanos –, classificamos os espaços não metropolitanos a partir do seu porte populacional apresentado no Censo Demográfico de 2010, na medida em que esse aspecto pode ser capaz de informar diferenças estruturais significativas

³ Corresponde à Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (Ride-DF).

entre os municípios brasileiros, sobretudo em se tratando da abrangência territorial do país e da diversidade encontrada no seu território. Os espaços não metropolitanos foram definidos como: municípios com até 20 mil habitantes; municípios com mais de 20 mil a 100 mil habitantes; municípios com mais de 100 mil a 500 mil habitantes; e municípios com mais de 500 mil habitantes, conforme observado na Figura 1.

FIGURA 1
Porte populacional dos municípios – 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Em 2010, os espaços metropolitanos (municípios metropolitanos) concentravam 36,7% da população brasileira. Já em relação aos não metropolitanos, observa-se que os municípios com até 20 mil habitantes detinham 16,7% da população do país, aqueles com mais de 20 mil a 100 mil habitantes possuíam 25,3%, os acima de 100 mil a 500 mil habitantes concentravam 15,7% e aqueles com mais de 500 mil habitantes apresentavam

apenas 5,6% do total da população brasileira. Esses dados demonstram o peso que as metrópoles possuem em relação à distribuição populacional do país, na medida em que concentram mais de um terço da população em apenas 15 aglomerados urbanos, o que confere importância destacada na configuração territorial brasileira.

Estrutura social no Brasil metropolitano e não metropolitano

Ao se considerar a estrutura social em 2000, são observadas diferenças significativas na sua composição quando comparadas as 15 principais metrópoles do país com os municípios não metropolitanos, como pode ser observado na Tabela 1. Uma das características marcantes da estrutura social dos municípios não metropolitanos era a forte participação de trabalhadores agrícolas, correspondendo a 26,9% dos ocupados classificados nas categorias sócio-ocupacionais. Ao mesmo tempo, verifica-se que, nos demais grupos sócio-ocupacionais, a participação dos municípios não metropolitanos era sempre menor do que a dos metropolitanos. Porém, quando se consideram os municípios não metropolitanos segundo o porte populacional, constatam-se diferenças importantes entre eles. Aqueles com população acima de 500 mil habitantes apresentavam distribuição percentual dos grupos sócio-ocupacionais semelhante à dos municípios metropolitanos. As diferenças em relação aos metropolitanos aumentam à medida que diminui o porte populacional dos municípios, pois, quanto menor o seu tamanho em termos populacionais, maior é a participação dos trabalhadores agrícolas.

Em 2010, se mantiveram as diferenças entre a estrutura social dos municípios metropolitanos e a dos não metropolitanos observadas em 2000, conforme mostram os dados da Tabela 2. Os não metropolitanos se caracterizam por registrar maior participação da categoria de trabalhadores agrícolas em comparação aos metropolitanos, ao passo que estes últimos possuem maior participação em todas as demais categorias, apresentando semelhança apenas com a categoria dos trabalhadores do secundário. Do mesmo modo que em 2000, os municípios de porte populacional acima de 500 mil habitantes possuem distribuição percentual das categorias sócio-ocupacionais semelhante à dos municípios metropolitanos. E, à medida que diminui o porte populacional dos municípios, aumenta a participação da categoria de trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo que fica mais elevada a diferença entre os demais grupos sócio-ocupacionais em relação aos municípios metropolitanos.

Na comparação entre a estrutura social do Brasil em 2000 e 2010, observamos duas mudanças importantes: aumento da participação do grupo sócio-ocupacional de profissionais de nível superior; e redução da participação do grupo de trabalhadores agrícolas. As alterações nos demais grupos não foram tão expressivas, demonstrando relativa rigidez da estrutura social do Brasil ao longo de uma década.

TABELA 1
Estrutura das categorias sócio-ocupacionais nos municípios metropolitanos e não metropolitanos, por tamanho populacional Brasil – 2000

Em porcentagem

Categorias sócio-ocupacionais (1)	Municípios metropolitanos	Municípios não metropolitanos (por mil hab.)					Total	Total
		Até 20 mil	De 20 mil a 100 mil	De 100 mil a 500 mil	Acima de 500 mil	Total		
Dirigentes	2,3	0,8	1,1	1,8	2,0	1,2	1,6	
Grandes empregadores	1,2	0,4	0,7	1,2	1,1	0,7	0,9	
Dirigentes do setor público	0,3	0,3	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3	
Dirigentes do setor privado	0,8	0,0	0,1	0,4	0,5	0,2	0,4	
Profissionais de nível superior	7,3	1,9	3,0	5,7	7,6	3,6	5,0	
Profissionais autônomos de nível superior	1,7	0,4	0,7	1,4	1,5	0,8	1,2	
Profissionais empregados de nível superior	3,1	0,5	0,9	1,9	2,7	1,1	1,9	
Profissionais estatutários de nível superior	0,7	0,2	0,3	0,5	1,1	0,3	0,5	
Professores de nível superior	1,8	0,8	1,2	1,9	2,2	1,3	1,5	
Pequenos empregadores	2,1	1,5	2,0	2,5	2,2	2,0	2,0	
Pequenos empregadores	2,1	1,5	2,0	2,5	2,2	2,0	2,0	
Ocupações médias	26,9	11,1	15,3	22,9	27,0	16,5	20,4	
Ocupações artísticas e similares	1,2	0,8	0,9	1,2	1,1	0,9	1,0	
Ocupações de escritório	9,9	2,8	4,7	7,9	9,8	5,2	6,9	
Ocupações de supervisão	4,0	1,8	2,3	3,3	3,5	2,5	3,0	
Ocupações técnicas	5,8	1,2	2,4	4,8	5,4	2,8	3,9	
Ocupações médias da saúde e educação	3,9	3,8	3,9	3,8	4,7	3,9	3,9	
Ocupações de segurança pública, justiça e correios	2,1	0,7	1,1	1,9	2,5	1,3	1,6	
Trabalhadores do terciário especializado	19,2	9,9	13,9	17,9	19,4	14,0	15,9	
Trabalhadores do comércio	9,2	5,2	7,6	9,4	9,8	7,4	8,1	
Prestadores de serviços especializados	10,0	4,7	6,3	8,5	9,6	6,5	7,8	
Trabalhadores do secundário	23,0	16,6	21,6	25,2	20,4	20,9	21,7	
Trabalhadores da indústria moderna	5,5	2,3	3,8	5,6	4,3	3,8	4,4	
Trabalhadores da indústria tradicional	4,9	4,4	5,3	5,5	3,9	5,0	5,0	
Operários dos serviços auxiliares	5,4	3,7	4,9	5,8	4,7	4,8	5,0	
Operários da construção civil	7,3	6,2	7,5	8,3	7,4	7,3	7,3	
Trabalhadores do terciário não especializado	17,5	11,8	15,0	17,5	19,4	14,9	15,9	
Prestadores de serviços não especializados	5,2	3,3	3,8	4,7	5,1	4,0	4,4	
Trabalhadores domésticos	8,3	6,1	7,6	8,3	9,1	7,4	7,8	
Ambulantes e biscateiros	4,1	2,3	3,6	4,5	5,2	3,5	3,7	
Trabalhadores agrícolas	1,7	46,4	28,1	6,4	2,0	26,9	17,6	
Agricultores	1,7	46,4	28,1	6,4	2,0	26,9	17,6	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

(1) Classificação proposta pelo Observatório das Metrôpoles (2005).

TABELA 2
Estrutura das categorias sócio-ocupacionais nos municípios metropolitanos e não metropolitanos,
por tamanho populacional
Brasil – 2010

Em porcentagem

Categorias sócio-ocupacionais (1)	Municípios metropolitanos	Municípios não metropolitanos (por mil hab.)				Total	Total
		Até 20 mil	De 20 mil a 100 mil	De 100 mil a 500 mil	Acima de 500 mil		
Dirigentes	1,6	0,7	0,9	1,4	1,6	1,0	1,3
Grandes empregadores	1,0	0,3	0,6	1,0	1,1	0,7	0,8
Dirigentes do setor público	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3
Dirigentes do setor privado	0,3	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2
Profissionais de nível superior	11,4	4,2	5,3	8,7	11,4	6,5	8,3
Profissionais autônomos de nível superior	2,3	0,5	0,9	1,9	2,3	1,2	1,6
Profissionais empregados de nível superior	5,4	0,9	1,5	3,2	4,5	2,0	3,3
Profissionais estatutários de nível superior	0,9	0,3	0,3	0,6	1,2	0,5	0,6
Professores de nível superior	2,8	2,5	2,6	3,0	3,4	2,8	2,8
Pequenos empregadores	1,3	1,0	1,3	1,7	1,6	1,3	1,3
Pequenos empregadores	1,3	1,0	1,3	1,7	1,6	1,3	1,3
Ocupações médias	26,6	11,9	15,8	22,7	26,4	17,6	21,0
Ocupações artísticas e similares	1,3	1,0	1,2	1,3	1,3	1,2	1,2
Ocupações de escritório	10,4	3,7	5,4	8,3	9,9	6,1	7,7
Ocupações de supervisão	5,0	2,2	2,9	4,3	4,9	3,3	3,9
Ocupações técnicas	5,0	1,5	2,3	4,2	4,8	2,8	3,6
Ocupações médias da saúde e educação	3,6	3,1	3,3	3,4	3,9	3,4	3,5
Ocupações de segurança pública, justiça e correios	1,4	0,4	0,7	1,2	1,6	0,8	1,0
Trabalhadores do terciário especializado	18,8	11,1	14,9	18,4	19,2	15,2	16,6
Trabalhadores do comércio	10,4	6,3	9,1	11,1	11,1	9,1	9,6
Prestadores de serviços especializados	8,4	4,7	5,8	7,3	8,1	6,1	7,0
Trabalhadores do secundário	22,3	19,7	23,3	26,1	21,6	22,9	22,7
Trabalhadores da indústria moderna	4,7	3,4	4,4	5,3	4,4	4,4	4,5
Trabalhadores da indústria tradicional	3,8	4,2	4,6	4,8	3,4	4,4	4,2
Operários dos serviços auxiliares	6,0	4,9	5,9	6,8	5,2	5,8	5,9
Operários da construção civil	7,7	7,1	8,5	9,2	8,6	8,3	8,1
Trabalhadores do terciário não especializado	16,1	11,8	13,5	14,8	16,1	13,6	14,6
Prestadores de serviços não especializados	6,3	4,2	4,5	5,5	5,8	4,8	5,3
Trabalhadores domésticos	8,0	6,2	7,2	7,5	8,2	7,1	7,4
Ambulantes e biscateiros	1,8	1,3	1,8	1,9	2,1	1,7	1,8
Trabalhadores agrícolas	1,8	39,8	25,0	6,2	2,1	21,8	14,2
Agricultores	1,8	39,8	25,0	6,2	2,1	21,8	14,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

(1) Classificação proposta pelo Observatório das Metrópoles (2015).

Entre 2000 e 2010, observam-se algumas mudanças na estrutura social dos municípios não metropolitanos: aumento da participação do grupo sócio-ocupacional dos profissionais de nível superior, tendência observada em todo o país; crescimento da participação dos trabalhadores do secundário proporcionalmente maior do que o verificado para o total do país e dos trabalhadores do terciário especializados; redução da participação dos pequenos empregadores e dos trabalhadores do terciário não especializados, tendência também observada em todo o país; e diminuição da categoria de trabalhadores agrícolas.

Já para os municípios metropolitanos, praticamente não houve grandes mudanças em sua estrutura social, nesse mesmo período. A alteração mais significativa diz respeito ao crescimento da participação do grupo sócio-ocupacional de profissionais de nível superior, que, apesar de ter sido observado em todo o país, em pontos percentuais foi maior nos municípios metropolitanos. As categorias que mais colaboraram para o aumento do grupo de profissionais de nível superior foram os empregados de nível superior, professores de nível superior e autônomos de nível superior. Os demais grupos sócio-ocupacionais apresentaram mudanças modestas na participação da estrutura social ao longo da década.

Alterações estruturais não ocorrem em períodos tão curtos como o de apenas uma década. E isso não seria diferente para a estrutura social do Brasil (metropolitano e não metropolitano). Entretanto, apesar de não podermos afirmar que houve mudanças expressivas na estrutura social, é possível observar algumas tendências que podem contribuir para, no longo prazo, modificar a estrutura social desses espaços analisados.⁴ Nota-se, por um lado, que houve de modo geral aumento das categorias sócio-ocupacionais dos profissionais de nível superior, que são ocupações que requerem o atributo superior de escolaridade. Isso pode significar que ou ocorreu crescimento de ocupações com essa exigência na sociedade brasileira, ou houve mudanças nos requisitos, fazendo com que ocupações que antes poderiam ser exercidas por pessoas sem o nível superior agora passam a exigir essa escolaridade, em decorrência do aumento do nível de instrução verificado na sociedade brasileira, ou esses dois fenômenos aconteceram ao mesmo tempo.

Por outro lado, as mudanças ocorridas nos espaços não metropolitanos foram mais intensas do que as observadas nos metropolitanos, sobretudo em decorrência da redução da participação dos trabalhadores agrícolas. Confirmada essa tendência, no longo prazo os espaços não metropolitanos ficarão com estruturas sociais semelhantes aos metropolitanos. Isso pode significar que o processo de mecanização do campo ou mesmo o avanço da industrialização agrícola pode colaborar para a constituição de ocupações semelhantes entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos. O fato de a estrutura social dos espaços não metropolitanos apresentar tendência de

⁴ É evidente que há outras dimensões que também afetam a estrutura social, como a estrutura educacional, participação na força de trabalho e estrutura etária, por exemplo, mas, devido às limitações de espaço no presente texto, não é possível tecer considerações sobre elas.

aproximação com a estrutura social dos espaços metropolitanos pode significar que a sociedade brasileira tende a se constituir cada vez mais como uma sociedade urbana, o que não significa, entretanto, que aqueles espaços passarão a se configurar como metropolitanos propriamente dito.

De todo modo, o que verificamos é uma estrutura pouco flexível em termos de mudanças composicionais. Ao se considerarem os grupos sócio-ocupacionais de trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não especializado e trabalhadores agrícolas como ocupações que constituem o que se pode chamar de classe popular, observa-se que, nos municípios metropolitanos, elas representavam 61,4% das categorias sócio-ocupacionais, em 2000, e 59%, em 2010. Do mesmo modo, se considerarmos os grupos de pequenos empregadores e ocupações médias como as classes intermediárias ou classes médias da estrutura social, verifica-se que elas correspondiam a 28,9%, em 2000, e a 28%, em 2010. Tais resultados demonstram a manutenção da participação tanto das classes populares quanto das classes médias. Mudanças mais sensíveis são observadas nos grupos sócio-ocupacionais de dirigentes e de profissionais de nível superior, que podem ser entendidos como classe dominante da estrutura social, os quais passaram de 9,6% para 13,1%, entre 2000 e 2010. Esse aumento deveu-se ao crescimento da participação dos profissionais de nível superior, como visto anteriormente, uma vez que houve redução para os dirigentes. Apesar dessas alterações na classe dominante, o que ocorreu ao longo da primeira década do século 20 está longe do que poderia ser chamado de mudanças da estrutura social, como sugerem as análises que mencionam o surgimento de uma nova classe média (NERI, 2008, 2010), ou mesmo ampliação da base da pirâmide social (POCHMAN, 2012). Assim, diante da relativa rigidez dessa estrutura sócio-ocupacional, como ocorreu a redução das desigualdades de renda nos espaços metropolitanos e não metropolitanos? Vejamos.

Desigualdades de renda

O Brasil apresenta diversidade muito expressiva em relação ao rendimento mensal total médio dos residentes dos municípios. Quando se considera esta variável segundo o porte populacional dos municípios, observa-se que, apesar de todos terem apresentado aumento real entre 2000 e 2010, o nível de crescimento foi diferente entre eles, como pode ser verificado na Tabela 3. Os municípios metropolitanos registram os maiores valores de rendimento médio mensal de seus residentes, tanto em 2000 quanto em 2010, mas seu crescimento nessa década foi um dos menores, correspondendo a 17,6%. Mesmo tendo havido variação diferente entre os tipos de municípios, constata-se, tanto em 2000 quanto em 2010, que existe uma relação direta entre o porte populacional e o rendimento mensal total médio dos residentes, pois, quanto maior a população, mais elevado é o nível do rendimento mensal total médio dos residentes. De todo modo, o maior crescimento do rendimento total médio mensal dos residentes nos municípios de menor porte populacio-

nal pode ser decorrente do aumento real do salário mínimo⁵ e da ampliação da política de transferência de renda ocorrida ao longo da década, tendo em vista que os municípios de menor porte populacional podem ser mais dependentes desse tipo de renda, uma vez que sua estrutura econômica pode ser menos complexa do que aquelas existentes nos municípios de maior porte populacional, principalmente nas metrópoles. A mesma relação é observada também para o rendimento do trabalho principal, pois, quanto menor o porte populacional do município, maior é seu crescimento relativo. Porém, essa situação se apresenta de forma ainda mais crítica para os contextos metropolitanos do país, tendo em vista que a média desse tipo de rendimento sofreu redução entre 2000 e 2010.⁶

TABELA 3
Médias do rendimento total dos residentes e do rendimento do trabalho principal, segundo porte populacional dos municípios
Brasil – 2000-2010

Porte populacional do município	Média do rendimento (em reais)		Variação 2000-2010 (%)	Taxa de crescimento anual (%)
	2000 (1)	2010		
Rendimento total dos residentes (2)				
Municípios metropolitanos	1.033,91	1.216,00	17,6	1,6
Municípios não metropolitanos				
Mais de 500 mil hab.	877,55	1.112,51	26,8	2,4
Mais de 100 mil a 500 mil hab.	774,53	935,03	20,7	1,9
Mais de 20 mil a 100 mil hab.	482,10	615,22	27,6	2,5
Até 20 mil hab.	380,75	516,72	35,7	3,1
Total	735,27	901,01	22,5	2,1
Rendimento do trabalho principal				
Municípios metropolitanos	1.628,79	1.592,62	-2,2	-0,2
Municípios não metropolitanos				
Mais de 500 mil hab.	1.373,22	1.435,62	4,5	0,4
Mais de 100 mil a 500 mil hab.	1.210,24	1.250,84	3,4	0,3
Mais de 20 mil a 100 mil hab.	770,10	844,53	9,7	0,9
Até 20 mil hab.	587,56	687,67	17,0	1,6
Total	1.156,34	1.206,25	4,3	0,4

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

(1) Corrigido pelo INPC de 31 de julho de 2010.

(2) Inclui todos rendimentos de todos os trabalhos e rendimentos de outras fontes.

Para avaliar as desigualdades de renda entre os estratos sociais para os diferentes municípios segundo seu porte populacional, foi analisada a razão do rendimento médio do trabalho principal de cada uma das categorias sócio-ocupacionais tendo como referência aquela que, no meio urbano, apresenta posição mais inferior na hierarquia social: trabalhadores do terciário não especializados. Nessa categoria, estão incluídos os prestadores de

⁵ O salário mínimo, em 2000, era de R\$ 151,00; em 2010, passou para R\$ 510,00. Ao considerar a inflação desse período, houve um aumento real de 75%.

⁶ Apesar de apresentar redução entre os anos citados, a partir dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), há evidências de que o comportamento do rendimento médio era de queda até meados da década e de retomada do crescimento até os anos 2010, porém sem alcançar o patamar de 2000 (RIBEIRO, 2013).

serviços não especializados, os trabalhadores domésticos e os ambulantes e biscateiros. O cálculo da razão do rendimento médio de cada categoria sócio-ocupacional em relação aos trabalhadores do terciário não especializados permite avaliar o grau de desigualdade entre as diversas categorias, como pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4
Razão de renda do trabalho principal, por porte populacional dos municípios,
segundo estrutura sócio-ocupacional
Brasil – 2000-2010

Estrutura sócio-ocupacional	Municípios metropolitanos		Municípios não metropolitanos (por mil hab.)								Total	
			Mais de 500 mil hab.		Mais de 100 mil até 500 mil hab.		Mais de 20 mil até 100 mil hab.		Até 20 mil hab.			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Dirigentes	17,6	15,0	18,9	14,1	17,0	11,5	18,9	12,3	16,5	11,1	18,7	14,0
Profissionais de nível superior	6,6	5,8	6,7	5,8	5,9	4,8	5,6	4,5	5,0	3,8	6,7	5,5
Pequenos empregadores	8,7	6,8	9,3	6,5	8,7	5,8	9,5	6,4	10,4	6,9	9,0	6,4
Ocupações médias	2,8	2,6	2,9	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,5	2,3	2,9	2,6
Trabalhadores do terciário especializado	1,7	1,6	1,8	1,7	1,8	1,7	1,9	1,8	2,0	1,9	1,8	1,7
Trabalhadores do secundário	1,7	1,5	1,8	1,6	1,7	1,6	1,9	1,6	2,1	1,7	1,8	1,6
Trabalhadores do terciário não especializados	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Agricultores	0,9	0,8	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	1,0	0,9	0,7	0,7

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

Verifica-se para o total do Brasil que, em 2000, a categoria dos dirigentes ganhava, em média, 18,7 vezes mais do que os trabalhadores do terciário não especializados. Mesmo sendo a categoria com a maior média de rendimento, em 2010, houve redução dessa razão, quando os dirigentes passaram a ganhar 14 vezes mais do que os trabalhadores do terciário não especializados. Também ocorreu redução da razão do rendimento médio do trabalho principal das demais categorias sócio-ocupacionais em relação aos trabalhadores do terciário não especializados, entre 2000 e 2010: os profissionais de nível superior diminuíram sua razão em relação à categoria de referência de 6,7 para 5,5; os pequenos empregadores de 9,0 para 6,4; as ocupações médias de 2,9 para 2,6; os trabalhadores do terciário especializados de 1,8 para 1,7; e os trabalhadores do secundário de 1,8 para 1,6. Mesmo assim, a hierarquia de remuneração se manteve nesse período, com todas as categorias auferindo rendimento médio mais elevado do que aquela de referência, com exceção dos trabalhadores agrícolas que, nos dois anos, apresentaram rendimento médio em torno de 70% do auferido pelos trabalhadores do terciário não especializados.

A redução do grau de desigualdades entre as categorias sócio-ocupacionais deveu-se a dois fatores que operaram ao mesmo tempo: de um lado, houve aumento do rendimento

médio do trabalho principal para os trabalhadores do terciário não especializados, que pode ter sido decorrente do crescimento real do salário mínimo no período analisado; de outro lado, diminuiu o rendimento médio das categorias que ocupam posições mais elevadas da estrutura social – dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores, cujas ocupações não são remuneradas tendo como referência o salário mínimo. As demais categorias (ocupações médias e trabalhadores do terciário especializado) registraram elevação da média do rendimento, mas, como proporcionalmente o aumento da média do rendimento dos trabalhadores do terciário não especializados foi maior, observou-se maior aproximação na remuneração para o conjunto das categorias, apesar de as diferenças ainda serem muito grandes entre elas.

Comportamento semelhante também pode ser observado nos municípios metropolitanos, embora a redução do grau de desigualdade tenha sido muito menor do que para o conjunto do país, principalmente na comparação das categorias de dirigentes e de pequenos empregadores. Por exemplo, em 2000, o grupo dos dirigentes ganhava, em média, 17,6 vezes mais do que os trabalhadores do terciário não especializados, passando para 15 vezes mais, em 2010. Para os pequenos empregadores, essa razão diminuiu de 8,7 para 6,8 vezes mais, entre 2000 e 2010. De modo geral, quando se consideram os municípios não metropolitanos segundo o porte populacional, observa-se que o grau de desigualdade retraiu-se principalmente entre as categorias de dirigentes e pequenos empregadores em relação aos trabalhadores do terciário não especializado. Além disso, é possível observar que o nível de redução do grau de desigualdades tendeu a ser cada vez maior quanto menor era o porte populacional. Ou dito de outra forma: quanto maior o porte populacional, maior é o nível de desigualdades de renda.

Essa constatação leva à interpretação de que, apesar da redução das desigualdades de renda observada principalmente entre as categorias de dirigentes e de pequenos empregadores, o nível (ou o ritmo) em que ela se manifesta depende do contexto espacial em que a análise está sendo realizada, pois essa redução é muito mais elevada nos municípios de menor porte populacional do que naqueles de maior porte ou mesmo nos metropolitanos, tendo em vista que os municípios de menor porte populacional são os mais impactados pelo aumento real do salário mínimo, como ocorreu na última década. Apesar disso, o rendimento mensal total médio continua sendo mais elevado nos municípios de maior porte populacional, principalmente nos metropolitanos.

O fato de o rendimento mensal total médio continuar sendo mais elevado nos municípios de maior porte populacional pode decorrer do efeito de aglomeração econômica, que tende a ser maior nos contextos metropolitanos e, por conseguinte, nos municípios mais populosos. Nos contextos em que se manifesta, o efeito aglomeração tende a apresentar maior complexidade das atividades econômicas, do mercado de trabalho e, por isso, os níveis de remuneração tendem ser mais elevados. Isso significa que as metrópoles continuam sendo lócus de concentração das oportunidades no mercado de trabalho, principalmente

para obtenção de maior nível de remuneração e, ao mesmo tempo, o lugar de maior rigidez na redução das desigualdades de renda.

A despeito do aumento da participação relativa dos profissionais de nível superior na década, como visto na seção anterior, tanto nos municípios metropolitanos quanto naqueles não metropolitanos, houve redução das desigualdades de renda quando comparados com os trabalhadores do terciário não especializados. Isso decorre tanto do decréscimo da média de rendimento dos primeiros quanto do aumento da média de rendimento dos últimos. Ou seja, apesar de haver mais pessoas exercendo atividades cujas ocupações exigem nível superior de escolaridade, a média de rendimento foi decrescente no período analisado, apontando, em linhas gerais, a dificuldade de a escolaridade transformar-se em renda, sobretudo no momento em que aquele recurso (a escolaridade) deixa de ser escasso socialmente, tendo em vista o aumento do nível de escolarização da população brasileira nos últimos anos.

As ocupações médias – trabalhadores do terciário especializados e trabalhadores do secundário –, em todos os contextos analisados, apresentaram redução das desigualdades de renda, no período, na comparação com os trabalhadores do terciário não especializados. O contrário ocorreu com os trabalhadores agrícolas que, tanto nos municípios metropolitanos como nos não metropolitanos, registraram aumento das desigualdades de renda no período analisado na comparação com a categoria de referência.

De modo geral, vimos que há uma hierarquia de renda entre os estratos sociais tanto nos municípios metropolitanos quanto nos não metropolitanos, mas o comportamento observado entre eles não se deu no mesmo nível (ou ritmo), quando comparados os resultados para 2000 e 2010, pois houve redução das desigualdades de renda, mas esta foi mais acentuada nos municípios de menor porte populacional, que são aqueles que possuem menor média de rendimento.

Considerações finais

Este trabalho objetivou analisar as mudanças na estrutura social e nas desigualdades de renda ocorridas nos espaços metropolitanos do país em comparação com os não metropolitanos. Além disso, buscou analisar a importância que o porte populacional dos municípios, tendo em vista as diferentes posições que estes ocupam na estrutura social, tem sobre as diferenças de obtenção de renda no mercado de trabalho. Para tanto, foi considerado um esquema de estratificação social como *proxy* da estrutura social, pois informa as diferentes posições sociais que os indivíduos ocupam na referida estrutura social. A utilização desse esquema decorreu da importância de se analisarem as desigualdades de renda segundo as diferentes posições sociais e não as desigualdades de renda segundo estratos de renda.

Na comparação entre 2000 e 2010, houve pequenas alterações na estrutura social brasileira, observadas também na estrutura social do conjunto das metrópoles do país e dos municípios não metropolitanos. A mudança mais significativa que ocorreu na década

nas metrópoles brasileiras foi o aumento da participação dos profissionais de nível superior. Para o conjunto dos municípios não metropolitanos, observa-se que houve redução da participação dos trabalhadores agrícolas, embora essa categoria de trabalhadores continue muito expressiva e talvez seja por isso que há diferenças de composição social na comparação entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos.

Na análise referente às desigualdades de renda entre as diferentes posições da estrutura social, observamos que existe relação direta entre os municípios segundo o porte populacional e o rendimento médio, ou seja, quanto maior o porte populacional, maior é o rendimento médio, o que significa que os municípios metropolitanos apresentam maior nível de rendimento médio. A nosso ver, isso deve-se ao efeito de aglomeração dos municípios maiores, que possuem maior complexidade da atividade econômica, maior diversificação do mercado de trabalho e maior concentração de empregos, o que possibilita maior nível de remuneração para os indivíduos que aí residem, como são os casos, principalmente, dos espaços metropolitanos.

Quando se considerou a estrutura social segundo o porte populacional, percebemos que, de modo geral, houve redução das desigualdades de renda, decorrente principalmente do aumento da renda média da base da estrutura social e da retração do rendimento médio de estratos situados em posições mais elevadas da estrutura social. Mas tal resultado foi menor nos municípios metropolitanos em comparação aos não metropolitanos. Ao considerarmos que os municípios de menor porte populacional são aqueles que mais sofrem o efeito da política de salário mínimo, porque seu impacto incide principalmente nas categorias que estão na base da estrutura social, podemos compreender que, numa conjuntura de aumento real do salário, o resultado contribui no sentido da redução das desigualdades, como ocorreu na década de 2000. O mesmo não se verifica com tanta intensidade nos municípios mais dinâmicos, como são aqueles de maior porte populacional, porque, apesar de também sofrerem o efeito da política de salário mínimo, tal impacto é mais ameno, devido à complexidade de sua estrutura econômica.

Consideramos, portanto, que as mudanças que ocorreram entre 2000 e 2010 não foram capazes de retirar a centralidade dos espaços metropolitanos brasileiros, tendo em vista que são áreas que se caracterizam por maior complexidade econômica, do mercado de trabalho e, por isso mesmo, por oportunidades de remunerações mais elevadas, não dependentes completamente da variação do salário mínimo. Por este motivo, as metrópoles apresentam maior rigidez na redução das desigualdades de renda.

Referências

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

DAVIS, K.; MOORE, W. E. Alguns princípios de estratificação. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de classe e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 101-116.

DINIZ, C. C.; DINIZ, B. C. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções. *EURE*, Santiago, v. 33, n. 98, p. 27-43, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regic – Região de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

NERI, M. C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, 2008.

_____. **A pequena grande década: crise, cenários e a nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**. Relatório da Atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2005.

PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. do. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Macron Books, 2000.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RIBEIRO, L. C. de Q. Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 221-233, maio/ago. 2010.

RIBEIRO, L. C. de Q.; LAGO, L. C. do. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras**. O modelo centro/periferia em questão. Rio de Janeiro: Ippur, 1994.

RIBEIRO L. C. de Q.; RIBEIRO M. G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a.

_____. (Org.). **Ibeu: Índice de Bem-Estar Urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b.

RIBEIRO, M. G. Desigualdades de renda e estrutura social no Brasil metropolitano. In: RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. G.; RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Estrutura social das metrôpoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STAVENHAGEN, R. Estratificação social e estrutura de classe. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de classe e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 117-148.

WEBER, M. Classe, status, partido. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de classe e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 57-76.

Sobre o autor

Marcelo Gomes Ribeiro é economista, doutor em Planejamento Urbano e Regional e mestre em Sociologia. Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ).

Endereço para correspondência

Av. Pedro Calmon, n. 550, prédio da Reitoria, 5º andar
21941-596 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Abstract

Social structure and income inequality: a comparison between the Brazil's metropolitan and non-metropolitan cities from 2000 to 2010

This paper aims to analyze the changes in the social structure and income inequality of the main Brazilian metropolitan cities in comparison to non-metropolitan areas, in order to reflect on their importance in the context of economic and social changes that have taken place in the country over the last decade. Nevertheless, when it comes to public and academic debate based on the analysis of income groups, its focus has fallen mainly on the reduction of income inequalities, but not always considering social structure. In this sense, the attempt is to answer the following question: if the reduction of income inequality is observed in the analysis among income strata, is also being observed among socio-occupational stratification, and how did this take effect in the metropolitan and non-metropolitan areas? For this purpose were used data from the IBGE – 2000 and 2010 Demographic Censuses, aiming a comparison of the income distribution structure among municipalities according to their population size, but considering also those municipalities located in the metropolitan and non-metropolitan areas, as well as the income inequalities between social strata in the different spatial context by utilizing the ratio of average income among those strata. The results show that although the Brazilian metropolitan areas maintain its centrality regarding the labor market dynamics, since they present higher average of total income and labor income of its residents than the non-metropolitan areas, the biggest reductions in income inequality in the period occurred in non-metropolitan areas, especially in smaller municipalities according to their population size.

Keywords: Income Inequality. Social structure. Metropolitan areas. Non-metropolitan areas.

Resumen

La estructura social y la desigualdad de ingresos: una comparación entre los municipios metropolitanos y no metropolitanos de Brasil entre 2000 y 2010

Este artículo tiene como objetivo analizar los cambios en la estructura social y en las desigualdades de ingresos de las principales metrópolis brasileñas en comparación con las áreas no metropolitanas, para reflexionar sobre la importancia de las metrópolis en el contexto de los cambios económicos y sociales ocurridos en la última década. Sin embargo, en el debate público y académico sobre estos cambios, el foco del análisis ha recaído principalmente en la reducción de la desigualdad de ingresos a partir del análisis de los estratos de ingresos. En ese sentido, se trata de contestar la pregunta: si la reducción de la desigualdad de ingresos, percibida en el análisis de los estratos de ingresos, también se observa entre los estratos sociales considerados desde una estratificación socio-ocupacional, y como ocurrió esta relación entre las áreas metropolitanas y no metropolitanas? Para este propósito, se utilizan los datos de los censos de población de 2000 y 2010 del IBGE con el fin de comparar la estructura de distribución del ingreso entre los municipios de acuerdo con el tamaño de su población, teniendo en cuenta aquellos municipios en las áreas metropolitanas y no metropolitanas, y las desigualdades de ingresos entre los estratos sociales en los diferentes contextos espaciales utilizando la razón de los promedios de ingresos entre esos estratos. Los resultados muestran que, a pesar de que las metrópolis brasileñas sigan manteniendo su centralidad con respecto a la dinámica del

mercado de trabajo, debido a que tienen el promedio del total de ingresos y el ingreso de la ocupación principal de sus habitantes superior a los espacios que no son metropolitanos, las mayores reducciones en la desigualdad de ingresos se produjeron en áreas no metropolitanas, especialmente en los municipios más pequeños de acuerdo a su tamaño poblacional.

Palabras-clave: Desigualdad de ingresos. Estructura social. Áreas metropolitanas. Áreas no metropolitanas.

Recebido para publicação em 19/11/2015

Recomendado para publicação em 01/07/2016

Aceito para publicação em 01/08/2016